



ATIVIDADES DE TREINO

Organização do
Estado

Profª Natalia Valença





SUMÁRIO

ATIVIDADE

2

Questão 1

3

Questão 2

3

Questão 3

3

GABARITO

4

Questão 1

4

Questão 2

5

Questão 3

6



ATIVIDADE

Questão 1

(FGV - 2019 ADAPTADA) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição.

A) Quais características são inerentes a autonomia de governo dos Municípios? (0,65)

B) Há Poder Judiciário em âmbito Municipal? (0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Questão 2

(XXII EXAME - QUESTÃO 3) A Câmara de Vereadores do município Beta aprova projeto de lei que divide o mencionado município em dois, sem qualquer espécie de consulta pública à população e sem realizar qualquer estudo prévio de viabilidade do novo ente federativo. O prefeito de Beta veta o referido projeto e a Câmara derruba o seu veto, promulgando a lei. Logo em seguida, o prefeito de Beta, inconformado com a norma aprovada, decide realizar um referendo a fim de saber a opinião da população local, a qual, após a consulta, manifesta-se favoravelmente ao desmembramento. A partir da situação narrada, responda aos itens a seguir.

A) A referida norma municipal é constitucional? Justifique. (0,60)

B) À luz do sistema constitucional vigente, seria possível a fusão do município Beta com o Município vizinho Alfa? Justifique. (0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Questão 3

(XXV EXAME - QUESTÃO 2) O Município Alfa, com o objetivo de solucionar a falta de profissionais dedicados à saúde pública, após o regular processo legislativo, altera a Lei Orgânica Municipal (LOM), de modo a permitir a acumulação remunerada de 3 (três) cargos de profissionais da área de saúde. No que tange à acumulação de cargos, as normas da Constituição do estado em questão reproduzem as normas da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Dito isso, a associação municipal de enfermeiros resolve tomar providências, com o objetivo de afastar o novo regramento conferido pela LOM, pois entende que a referida acumulação acarretará desgaste à saúde dos profissionais e comprometerá a eficiência dos serviços prestados na área de saúde pública municipal. A partir da situação narrada, responda aos itens a seguir.

A) Diante da autonomia federativa do Município Alfa, a referida norma da Lei Orgânica Municipal é constitucional? Justifique. (Valor: 0,65)



B) A Lei Orgânica Municipal que permitiu a acumulação de cargos pode ser objeto de ação de representação por inconstitucionalidade, ajuizada por um dos legitimados ativos previstos na Constituição Estadual? Justifique. (Valor 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.



GABARITO

Questão 1

A) São características inerentes a autonomia nos municípios o Autogoverno, composto pela existência do Poder executivo e legislativo, bem como a Autolegislação, característica que possibilita que cada Município tenha sua própria Lei orgânica e legislações municipais observando as regras de competência.

B) Não há Poder Judiciário no âmbito municipal. O Poder Judiciário, que julga os atos da sociedade em geral, só existe nos âmbitos Estadual e Federal.

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
A) São características inerentes a autonomia nos municípios o Autogoverno (0,20), composto pela existência do Poder executivo e legislativo (0,10), bem como a Autolegislação (0,20), característica que possibilita que cada Município tenha sua própria Lei orgânica (0,10) e legislações municipais observando as regras de competência (0,05).	0,00/0,20/0,3 0/ 0,50/ 0,60/0,65	
B) Não há Poder Judiciário no âmbito municipal (0,50). O Poder Judiciário, que julga os atos da sociedade em geral, só existe nos âmbitos Estadual e Federal (0,10).	0,00/0,50/0,6 0	



Palavra-chave (procure no índice)

→ Essa questão requer do aluno conhecimento jurisprudencial

Questão 2

A) A norma municipal é inconstitucional, porque inexistente consulta pública à população e qualquer estudo prévio de viabilidade do novo ente federativo OU porque compete ao Estado autorizar, mediante lei ordinária, o desmembramento do município, segundo o Art. 18, § 4º, da CRFB/88.

B) Atualmente, a criação, o desmembramento e a fusão de municípios não é possível até que seja editada a lei complementar federal que discipline as limitações de calendário para tais atos, conforme Art. 18, § 4º, da CRFB/88.



ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
A) A norma municipal é inconstitucional, porque inexistente consulta pública à população e qualquer estudo prévio de viabilidade do novo ente federativo OU porque compete ao Estado autorizar, mediante lei ordinária, o desmembramento do município (0,50), segundo o Art. 18, § 4º, da CRFB/88 (0,10).	0,00/0,50/0,60	
B) Atualmente, a criação, o desmembramento e a fusão de municípios não é possível até que seja editada a lei complementar federal que discipline as limitações de calendário para tais atos (0,55), conforme Art. 18, § 4º, da CRFB/88 (0,10).	0,00/0,55/0,65	



Palavra-chave (procure no índice)

CRIAÇÃO: Art. 18, § 4º - De Municípios

MUNICÍPIO: Criação: art. 18, § 4º, da CF

→ A segunda alternativa requer do aluno conhecimento jurisprudencial/doutrinário.

Questão 3

A) A norma é inconstitucional. A acumulação remunerada é limitada a dois cargos ou empregos de profissionais da área de saúde é permitida, segundo o Art. 37, inciso XVI, alínea c, da CRFB/88, sendo de observância obrigatória pela Lei Orgânica Municipal.

B) A norma da Lei Orgânica, por ter natureza municipal, pode ser objeto da representação por inconstitucionalidade estadual, nos termos do Art. 125, § 2º, da CRFB/88.

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
A) A norma é inconstitucional. A acumulação remunerada é limitada a dois cargos ou empregos de profissionais da área de saúde é	0,00/0,30/0,50/0,65	



permitida (0,30), segundo o Art. 37, inciso XVI, alínea c, da CRFB/88 (0,10), sendo de observância obrigatória pela Lei Orgânica Municipal (0,25).		
B) A norma da Lei Orgânica, por ter natureza municipal, pode ser objeto da representação por inconstitucionalidade estadual (0,50), nos termos do Art. 125, § 2º, da CRFB/88 (0,10).	0,00/0,50/0,60	



Palavra-chave (procure no índice)

ACUMULAÇÃO REMUNERADA DE CARGOS PÚBLICOS: Profissional da Saúde - Art. 37, XVI, “c”,

CF/88

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: acumulação de cargos ou empregos: art. 37, XVI, c, da CF (...).

ESTADOS FEDERADOS: inconstitucionalidade de leis: art. 125, § 2º, da CF

INCONSTITUCIONALIDADE: representação: art. 125, § 2º, da CF

JUSTIÇA ESTADUAL: representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais: art. 125, § 2º, da CF

REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE: Art. 125, § 2º, CF/88